LIMA, Aline dos Santos. Panorama da questão agrária no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA). In: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDANTES DE GEOGRAFIA, 13., 2017, Santa Inês-BA. **Anais XIII EBEGEO**. Santa Inês-BA: IF Baiano, 2017. p. 1-13.

PANORAMA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JIQUIRIÇÁ (BA)[1]

Aline dos Santos Lima
Doutora GeografAR/POSGEO/UFBA
Professora do IF Baiano *Campus* Santa Inês
aline.lima@si.ifbaiano.edu.br

Resumo

Há concepções teóricas que tratam a contradição, a luta de classes, as disputas e a conflitualidade como discussões desconectadas espaço-temporalmente do século XXI. De fato, o novo século trouxe inovações e mudanças, mas ele não foi capaz de escamotear, tampouco destruir velhos problemas como, por exemplo, aqueles relacionados a questão agrária. O objetivo desse trabalho é justamente apresentar um panorama da questão agrária no Território de Identidade Vale do Jiquiricá com o propósito mais amplo de abrir outras frentes de análise. Para construção desse trabalho, realizamos a revisão bibliográfica sobre o tema interclada à análise da base de dados do Projeto GeografAR para os municípios que compõem o recorte citado.

Palavras-chave: questão agraria, Território Vale do Jiquiricá, base dados GeografAR.

A permanência da Questão Agrária

A concentração da propriedade da terra no Brasil tem origens históricas que se reproduzem com o processo de expansão do capitalismo. Por questão agrária se entende as questões relativas às relações sociais de produção, ou seja, envolve, dentre outros, como e de que forma se produz no campo. Aspectos que remetem à estrutura de propriedade da terra e às relações sociais de produção que são estabelecidas entre os distintos e antagônicos grupos sociais que coexistem no tempo-espaço (GERMANI, 2009, 2010).

Em diferentes momentos da história, a questão agrária se apresentou com características diversas, pois como sugere Bernardo Mançano Fernandes, ela é o "movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção" (FERNANDES, 2001, p. 23). Para Ariovaldo Umbelino de

[1] Eixo temático: Atribuições técnicas dos estudos sociais – Questão agrária brasileira.

Oliveira, compreender a questão agrária "sob o modo capitalista de produção sempre foi tarefa difícil e complicada". Para o autor, sempre haverá "pressupostos que se interporão abrindo espaço para a polêmica e discussões", pois "sempre haverá um novo texto para reavivá-la, ou mesmo, o devir da história para (re) ou propô-la" (OLIVEIRA, 2007, p. 6).

Essa discussão contribui para entender a lógica pela qual os diferentes sujeitos se apropriam da terra conformando uma "questão territorial" (GERMANI, 2009, p. 353). A questão territorial pode ser dimensionada numericamente ao se observar a estrutura fundiária do país entre 1920-2006, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Estabelecimentos com dimensão igual ou superior a 1000 ha no Brasil (1920-2006):

Ano	Estabelecimento		Área total		Área média
	Número	%	Área (ha)	%	
1920	26.315	4,0	110.980.624	63,4	4.217
1940	27.812	1,5	95.529.649	48,3	3.435
1950	32.628	1,6	118.102.270	50,9	3.620
1960	32.885	1,0	125.537.925	47,3	3.817
1970	36.874	0,7	116.250.000	39,5	3.152
1975	41.468	0,8	138.819.000	42,8	3.348
1980	47.841	0,9	164.557.000	45,1	3.440
1985	50.411	0,9	163.940.461	43,7	3.252
1995	49.358	1,0	159.493.949	45,1	3.231
2006	46.911	0,91	146.553.218	44,42	3.124

FONTE: IBGE. Censo Agrícola e Agropecuário 1920-2006 *apud* Germani (2010, p. 274).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Uma leitura dos dados apontam que "por 86 anos – mais de três quartos de século –, quase metade das terras do País estão concentradas nas mãos do grupo de proprietários com mais de 1.000 ha" (GERMANI, 2010, p. 273-274). Esses números confirmam a herança histórica de um modelo de exploração centrado na proteção e manutenção da grande propriedade rural, situação que apresenta repercussões nos dias atuais. Basta notar a estrutura fundiária brasileira dimensionada no Censo Agropecuário 2006. Constatou-se que 2.477.071 (50,34%) dos estabelecimentos agropecuários estão concentrados no grupo de área com menos de 10 ha e detém apenas 7.799.000 (2,36%) da área total. Enquanto, 1.971.577 (40,07%) estão entre 10 a menos de 100 hectares e ocupam 62.893.000 (19,06%) da área. Por outro lado, identificou-se que 471.817 (9,59%) dos estabelecimentos possuem 259.250.000 (78,58%) hectares da área distribuída nos grupos de área com mais de 100 hectares, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Estrutura fundiária Brasil (2006):

Grupo de área	Estabelecimento (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
menos de 10 ha	2.477.071	7.799.000	50,34	2,36
10 a menos de 100 ha	1.971.577	62.893.000	40,07	19,06
100 ha a mais	471.817	259.250.000	9,59	78,58
TOTAL	4.920.465	329.942.000	100,0	100,0

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário 2006 *apud* Hoffmann & Ney (2010, p. 18).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Considerando-se o número de estabelecimentos e a área ocupada, percebe-se a permanência da alta concentração da propriedade da terra no Brasil. A leitura destes dados para o estado da Bahia, com base no Censo de 2006, indica que 455.754 (59,85%) dos estabelecimentos estão no grupo de área de menos de 10 hectares e detém 1.369.883 (4,68%) da área enquanto que 3.414 (0,45%) dos estabelecimentos estão acima de 1.000 hectares e detém 10.390.531 (35,62%) da área, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Estrutura fundiária Bahia (2006):

Grupo de área	Estabelecimento (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
menos de 10 ha	455.754	1.369.883	59,85	4,68
10 a menos de 1000 ha	302.360	17.420.145	39,7	59,7
1000 ha a mais	3.414	10.390.531	0,45	35,62
TOTAL	761.528	29.180.559	100,0	100,0

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário 2006 *apud* GeografAR (2011).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

É válido reforçar que a questão agrária "engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer" (MARTINS, 1994, p. 12-13). Desse modo, a questão agrária está presente em nosso cotidiano mesmo que não sejamos do campo e pode ser encontrada em diversos territórios materiais e imateriais (FERNANDES, 2001, 2008; CAMACHO, 2013). Por isso, a questão agrária na Bahia não é diferente do que acontece no Brasil e o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá se insere nesse contexto.

A Questão Agrária no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá

Para se discutir a questão agrária no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá foi adotado como procedimento metodológico o destaque de algumas variáveis. O primeiro passo

é apontar que esse Território é composto por 20 municípios. São eles: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.

O Território de Identidade é a regionalização oficial da Bahia desde 2007. Trata-se de uma política implementada na esfera nacional a partir de 2003 no âmbito da então Secretaria de Desenvolvimento Territorial ligada ao antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Adotar esse recorte oficial, não significa ignorar as críticas à banalização e ao reducionismo do emprego do conceito de território como regionalização, como tão bem expôs Bernardo Mançano Fernandes na "orelha" do livro "Abordagens e concepções de território" de Marcos Aurélio Saquet (SAQUET, 2015).

O objetivo dos Territórios de Identidade é a implantação de políticas de desenvolvimento rural sustentável com a participação social, sendo o critério de delimitação a autoidentificação, portanto, baseados na identidade e no pertencimento dos grupos sociais. Na Bahia, estado que possui 27 unidades territoriais, esse modelo entrou em vigor somente a partir de 2007 devido às divergências político-partidárias entre o governo estadual – na época, o Partido da Frente Liberal – e o federal – Partido dos Trabalhadores (FREITAS, 2009).

É importante reforçar que a unidade de planejamento em exercício na Bahia só foi institucionalizada em 2007 e a composição dos seus 20 municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá só se conforma em 1989, com o desmembramento de Lajedo do Tabocal do município de Maracás. Por isso, somente a partir do Censo Populacional de 1991 é possível fazer comparações com todo o universo.

Acompanhando a série histórica, verifica-se que os municípios que compõem o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá permaneceram rurais até o Censo Populacional de 1991. Essa informação é relevante, pois não podemos perder de vista que existe uma perspectiva hegemônica na geografia brasileira, sobretudo por influência da Escola Francesa de Henri Lefebvre, de pensar a urbanização como a totalização. Nesse caso, em tese, não existe mais o agrário. O Censo Populacional de 1991, aptonou que dos 274.916 habitantes do Território Vale do Jiquiriçá, 124.378 (45%) viviam na cidade e 150.538 (55%) no campo. A inversão ocorreu somente no Censo de 2000, quando os municípios do Território se urbanizaram e dos 299.592 habitantes, 162.559 (54%) passaram a viver na cidade e 137.033 (46%) permaneceram no campo. No Censo de 2010, o percentual de urbanização aumentou um pouco mais, ou seja, dos 301.682 habitantes, 174.633 (58%) viviam no espaço urbano e 127.049 (42%) permaneceram no espaço rural, conforme Tabela 3.

A tendência de urbanização não atingiu os municípios de Brejões, Elísio Medrado, Irajuba, Jiquiriçá, Laje, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, São Miguel das Matas e Ubaíra com mais da metade da população no campo em 2010. Dentre esses municípios destaca-se Laje, com quase 73% de sua população vivendo no campo numa conjuntura em que tem sido comum o esvaziamento desse espaço (SILVA & SILVA, 1991; KAGEYAMA, 2008). Como o município de Laje se caracteriza pela especialização no cultivo da mandioca, não seria muito aventurado afirmar que este cultivo, por utilizar bastante mão de obra nas diversas fases do processo produtivo, tem contribuído para a ocupação e permanência da população rural.

Tabela 3 – População municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (2010):

Municípios	Total	Urbana N°	Rural N°	Urbana %	Rural %
Amargosa	34.351	24.891	9.460	72,5	27,5
Brejões	14.282	4.937	9.345	34,6	65,4
Cravolândia	5.041	3.180	1.861	63	37
Elísio Medrado	7.947	3.248	4.699	41	59
Irajuba	7.002	3.273	3.729	46,7	53,3
Itaquara	7.678	4.608	3.070	60	40
Itiruçu	12.693	9.526	3.167	75	25
Jaguaquara	51.011	38.850	12.161	76,2	23,8
Jiquiriçá	14.118	5.581	8.537	40	60
Lafaiete Coutinho	3.901	2.104	1.797	54	46
Laje	22.201	6.080	16.121	27,4	72,6
Lajedo do Tabocal	8.305	5.149	3.156	62	38
Maracás	24.613	17.707	6.906	72	28
Milagres	10.306	7.789	2.517	75,6	24,4
Mutuípe	21.449	9.659	11.790	45	55
Nova Itarana	7.435	2.715	4.720	36,5	63,5
Planaltino	8.822	3.640	5.182	41,3	58,7
Santa Inês	10.363	9.514	849	92	8
São Miguel das Matas	10.414	3.360	7.054	32,3	67,7
Ubaíra	19.750	8.822	10.928	44,7	55,3
TOTAL	301.682	174.633	127.049	58	42

FONTE: IBGE. Censo Populacional 2010 *apud* e-SIC (2014).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Com vistas a aprofundar a análise sobre a questão agrária no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, adotou-se uma incursão por dados que informam a estrutura da propriedade da terra. A concentração da propriedade da terra no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá pode ser observada na Tabela 4.

Tabela 4 – Estrutura fundiária do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA) (2006):

Grupo de área	Estabelecimento (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
produtor sem área	214	0	0,82	0,00
até 2 ha	9.318	8.527	35,83	1,17
2 a menos de 5 ha	5.577	17.191	21,42	2,17
5 a menos de 10 ha	2.939	20.133	11,3	2,54
10 a menos de 20 ha	2.704	37.076	10,4	4,68
20 a menos de 50 ha	2.486	75.883	9,56	9,59
50 a menos de 100 ha	1.168	78.919	4,49	9,97
100 a menos de 200 ha	712	96.722	2,74	12,22
200 a menos de 500 ha	568	169.506	2,18	21,42
500 a menos de 1000 ha	210	134.057	0,9	16,94
1.000 a menos de 2.500 ha	84	117.095	0,3	14,79
2.500 a mais	17	36.369	0,06	4,51
TOTAL	25.997	791.478	100,00	100,0

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário 2006 *apud* GeografAR (2011).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Nesta, se constata que 20.538 (78,95%) estabelecimentos agropecuários apresentam área inferior a 20 hectares e detém apenas 82.927 (10,56%) ha da área total. Aqueles com a área entre 20 e 200 hectares equivalem a 4.366 (16,79%) e ocupam 251.524 (31,78%) ha da área. Aqueles com a área entre 200 e 500 hectares correspondem a 568 (2,18%) estabelecimentos e ocupam 169.506 (21,42%) ha da área. Os com a área entre 500 e 1.000 hectares equivalem a 210 (0,9%) e ocupam 134.057 (16,94%) ha da área. Os estabelecimentos com a área entre 1.000 e 2.500 hectares são apenas 84 (0,3%) e ocupam 117.095 (14,79%) ha da área. E os 17 (0,06%) estabelecimentos com a área superior a 2.500 hectares ocupavam 36.369 (4,51%) ha da área. Ressalta-se, ainda, os 214 (0,82%) estabelecimentos categorizados como produtor "sem área"[2]. É importante registrar, também, que, de acordo com o Censo 2006, todos os municípios do Território de Identidade tem a mesma fração mínima da propriedade, que é de 2 hectares[3]. Em relação ao módulo fiscal, com exceção de Elísio Medrado, cujo dimensão é 50 hectares, em todos os demais municípios o módulo tem 35 hectares[4].

[2] A categoria produtor "sem área" foi criada no Censo Agropecuário 2006 enquanto referência às produções agropecuárias desenvolvidas pelos produtores/empregados que não estão diretamente subordinadas aos produtores/proprietários dos estabelecimentos (FREITAS, 2009).
[3] A fração mínima é a menor área em que um imóvel rural, num determinado município, pode ser desmembrado para a venda (INCRA, 2015).
[4] O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando o tipo de exploração predominante, as condições edafoclimáticas renda obtida com tal exploração ou com outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada e o conceito de propriedade familiar (MEDEIROS, 2003; INCRA, 2015). Constitucionalmente, um imóvel rural com área entre 1 e 4 módulos fiscais é uma pequena propriedade. Já o imóvel com área superior

A constituição atual do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá se consolida no período o Censo Agropecuário 1995/1996. Os dados deste Censo permitem dimensionar a manutenção da estrutura concentrada da propriedade da terra na região. Conclui-se assim, que cafeicultura e a pecuária convergiram para a apropriação capitalista do espaço no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Para tanto, se aborda com reflexão baseada no Índice de Gini[5]. A média da concentração fundiária originária variando entre "muito forte a absoluta" foi progressivamente substituída pelas concentrações "média a forte" e "forte a muito forte" prevalecentes na análise evolutiva da estrutura fundiária, como se observa no Quadro 2.

Quadro 2 – Grau de distribuição da terra através do Índice de Gini por município do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA) (1920-2006):

Ano	Total de municípios	Fraca a média		Média a forte		Forte a muito forte		Muito forte a absoluta	
		N°.	%	N°.	%	N°.	%	N°.	%
1920	6	-	-	-	-	2	33,33	4	66,66
1940	12	4	33,34	6	50,0	1	8,33	1	8,33
1950	12	1	8,33	6	50,0	4	33,34	1	8,33
1960	12	-	-	6	50,0	6	50	-	-
1970	19	-	-	5	26,3	14	73,7	-	-
1975	19	-	-	8	42,1	11	57,9	-	-
1980	19	-	-	6	31,6	13	68,4	-	-
1985	19	-	-	4	21	15	79	-	-
1996	20	-	-	3	15	16	80	1	5
2006	20	-	-	1	5	18	90	1	5

FONTE: IBGE. Censo Agrícola e Agropecuário 1920-2006 *apud* GeografAR (2011).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Por sua vez, com base no Censo Agropecuário de 2006, o melhor indicador de acesso à terra no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá corresponde ao município de Lajedo do Tabocal, com o índice de Gini de 0,685. Como a estrutura fundiária é indispensável na análise desse indicador de distribuição de um bem, cabe expor que, em Lajedo do Tabocal, havia 54 (13,2%) estabelecimentos com até 5 hectares e que possuíam 152 (0,47%) hectares da área total,

a 4 e até 15 módulos fiscais é uma média propriedade, nos termos do artigo 4° da Lei n°. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII da Constituição Federal (BRASIIL, 1988). Já o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal (INCRA, 2015).

[5] O Índice ou Coeficiente de Gini é uma média estatística de dispersão ou concentração de riquezas com valores que variam de 0,0 a 1,0. Quanto mais o resultado aproxima-se de zero, menor o grau de concentração (concentração nula). Quanto mais se aproxima de um, maior o grau de concentração (concentração absoluta). Para interpretação do Índice de Gini, é utilizada uma categorização baseada na Escola Italiana de Estatística. Esta classifica a concentração de terra no Brasil do seguinte modo: (0,000 a 0,100 = nula); (0,101 a 0,250 = nula a fraca); (0,251 a 0,500 = fraca a média); (0,501 a 0,700 = média a forte); (0,701 a 0,900 = forte a muito forte); e (0,901 a 1,000 = muito forte a absoluta) (FREITAS, 2009; GERMANI, 2010)

sendo que a área média destes era em torno de 2,81 ha. No outro extremo, as propriedades com mais de 1.000 hectares até aquelas com uma área inferior a 2.500 hectares são apenas 3 (0,73%), mas ocupam 3.725 (11,4%) ha das terras, com uma área média de 1.242 ha.

Por outro lado, Brejões se destacava negativamente pela maior concentração de terras no Censo Agropecuário de 2006, situação que decorreu da lavoura cafeeira realizada, predominantemente, em moldes empresariais na Fazenda Lagoa do Morro, propriedade com 4,4 mil hectares, que, após a crise do café, passou a consorciar cafeicultura, silvicultura e pecuária. Neste município, os 448 (65,5%) estabelecimentos com até 5 hectares possuíam, apenas, 707 (2,03%) ha do total de terras agricultáveis. No outro extremo, as 8 (1,17%) propriedades com mais de 1.000 hectares até aquelas com uma área inferior a 2.500 hectares controlavam 12.471 (35,73%) ha da área agricultável, sem contar que havia 1 (0,15%) propriedade com mais de 2.500 hecatres sobre a qual não se sabe o real tamanho.

É importante salientar que na série histórica do índice de Gini (1920-2006), três munícipios de um tronco de formação comum dominavam a pior posição no que se refere à concentração de terra no atual Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, são eles Amargosa (1920), Brejões (1960-1970-2006) e Milagres (1980-1996). A origem comum remete a Vila de Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa que criou Amargosa (1877). Este município, por sua vez, se subdividiu em Brejões (1924) e Milagres (1961). Como esse tronco de formação deu origem aos principais municípios produtores de café talvez resida aí a explicação dessa concentração fundiária, já que a cafeicultura era, como bem colocou Milton Santos, uma "atividade de fazendeiros abastados"[6] (SANTOS, 1963, p. 7).

Com todos esses indicadores de concentração de terras, o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá possui 16 Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, 5 Projetos de Crédito Fundiário, 2 Programas Cédula da Terra e 12 acampamentos (GeografAR, 2011; LIMA, 2011). Esses números do acesso à terra no Território Vale do Jiquiriçá foram comparados por Hingryd Inácio de Freitas em nível de Bahia em sua dissertação. Segundo a autora, os 23 assentamentos abarcavam 3,6% do total existente na Bahia. Já os 12 acampamentos representavam apenas 3,4% de todos que haviam naquele estado (FREITAS, 2009).

[6] Para melhor situar esse tronco de formação cabe esclarecer que sua origem está atrelada ao desmembramento de dois "troncos de formação": a Vila de Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca (1761) (atual município de Santa Terezinha) e a Vila Nossa Senhora de Nazaré (1831) (atual Nazaré) (OLIVEIRA, 2000; LINS, 2007).
A Vila de Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca se desmembrou formando a Vila de Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa (atual Amargosa) (1877), Iaçu (1958), Elísio Medrado (1962) e Itatim (1989). Amargosa, por sua vez, foi desmembrada, formando Brejões (1924) e Milagres (1961). Brejões deu origem a Nova Itarana (1962) (LINS, 2007). A Vila Nossa Senhora de Nazaré se subdividiu em Santo Antônio de Jesus (1880) e Aratuípe (1890). Santo Antônio de Jesus se dividiu formando São Miguel das Matas (1891) e Varzedo (1989). Aratuípe deu origem a Laje (1905) (OLIVEIRA, 2000; LINS, 2007).

Os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no Território Vale do Jiquiriçá foram implantados, entre 1998-2009, em oito municípios, conforme Tabela 5. As 1.094 famílias assentadas ocuparam uma área de 27.964,64 hectares, sendo que cada família teve acesso, em média, a uma propriedade com 25,6 hectares.

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá possui, também, sete programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado nos municípios de Brejões Itaquara, Jaguaquara, Maracás e Ubaíra. Segundo Eraldo da Silva Ramos Filho, o financiamento da chamada Reforma Agrária de Mercado, se sustenta sob o argumento de que sua expansão promove a pacificação no campo, o barateamento dos custos e a agilização da reforma agrária, por meio da eliminação da burocracia e das longas disputas judiciais típicas dos processos desapropriatórios por interesse social. Mas, para o autor, esses argumentos escamoteiam a influência das instituições financeiras multilaterais, que por sua vez, defendem a necessidade de promoção do desenvolvimento rural, ao passo que consideram fundamental a valorização do agronegócio e a substituição da questão agrária por políticas de desenvolvimento rural sustentável, com vistas à redução da pobreza rural (RAMOS FILHO, 2008).

Tabela 5 – Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária implantados no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA) (1985-2010):

Município	Projeto de Assentamento	Data	Famílias Assentadas	Área (ha)
Cravolândia	Palestina	1998	180	4.327,45
Irajuba	Ipauate	2004	62	1.359,88
	Pedrão	2005	26	1.273,77
Jaguaquara	Lagoa dos Patos/Wilson Furtado	2002	69	1.783,94
	Assembleia	2004	35	848,56
	Santa Domenica	2005	33	1.282,38
	Baixa Alegre	2009	34	1.236,21
Lajedo	Pedra Grande	2005	25	798,43
Tabocal	Reunidas Santa Luzia e Outras	2006	160	3.243,71
Maracás	Khaeta	2004	63	2.035,67
Planaltino	São Diogo	2000	184	4.441,76
	Lagoa da Onça	2004	39	740,72
Santa Inês	Itatiaia	2004	39	991,04
	São Paulo	2005	24	728,93
	Rancho Alegre	2005	60	1.763,55
Ubaíra	Jequirica	2004	61	1.108,64
TOTAL			1.094	27.964,64

FONTE: INCRA *apud* GeografAR (2011).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Dois anos antes da defesa da tese de Ramos Filho (2008), Guiomar Inez Germani, em conjunto com Alicia Ruiz Olalde, Gilca Garcia de Oliveira e Edmilson Carvalho, publicaram

um artigo trazendo rexflexões sobre a implantação do Projeto Cédula da Terra e do Projeto Crédito Fundiário de Combate à Pobreza rural no estado da Bahia. Nesse artigo, os autores ressaltaram que os sete programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado existentes no Tarrritório de Identidade Vale do Jiquiriçá representavam apenas 3,51% dos 199 projetos implantados na Bahia entre 1997-2005 (GERMANI *et al.*, 2006).

Outro aspecto importante é que localização dos programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado. Segundo Germani *et al.*, (2006, p. 234), a "estratégia de localização dos projetos de compra de terras segue uma lógica e se insere em um processo distinto da estratégia de localização dos assentamentos de reforma agrária". Ou seja, "obdece, principalmente, às forças locais do 'mercado' de terras, resultando numa distribuição dispersa de assentamentos", com exceção das regiões econômicas Litoral Norte e Litoral Sul.

Umas principais consequências desse processo, posterioremente, é apresentado por Guiomar Inez Germani ao afirmar que "os já minguados esforços para a implementação da reforma agrária disputa espaço e recursos com a política de terras do crédito fundiário e com isso, as terras devolutas, ao invés de serem discriminadas pelo Estado, continuam sendo apropriadas privadamente" (GERMANI, 2009, p. 349).

Entre os sete programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado, dois são oriundos do Programa Cédula da Terra e foram implantados, em 2001 e 2002, nos municípios de Brejões e Maracás, conforme Tabela 6. As 55 famílias assentadas ocuparam uma área de 1.209,40 hectares, sendo que cada família teve acesso, em média, a uma propriedade com 22 hectares.

Tabela 6 – Programa Cédula da Terra implantado no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA) (1997-2002):

Município	Associação	Data*	Famílias Assentadas	Área (ha)
Brejões	Pequenos Produtores Rurais Br. Raimundo Cardoso	2002	25	809,4
Maracás	Trabalhadores Rurais do Boqueirão	2001	30	400
TOTAL			55	1.209,40

* Se refere a data do Subprojeto de Aquisição da Terra.
FONTE: CAR *apud* GeografAR (2011).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Os outros cinco assentamentos de Reforma Agrária de Mercado fazem parte do Projeto Crédito Fundiário e foram implantados, entre 2002-2004, nos municípios de Itaquara, Jaguaquara, Maracás e Ubaíra, conforme Tabela 7. As 165 famílias assentadas ocuparam uma

área de 2.036,00 hectares, sendo que cada família teve acesso, em média, a uma propriedade com 12,3 ha. Portanto, a menor área de terra das três modalidades implantadas no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

Tabela 7 – Projeto Crédito Fundiário implantado no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA) (2002-2010):

Município	Associação	Data*	Famílias Assentadas	Área (ha)
Itaquara	Califórnia	2004	30	396
Jaguaquara	Serra Dourada	2002	35	499
Jaguaquara	Três Riachos	2002	35	525
Maracás	Pimdobeira	2005	30	250
Ubaíra	Pequenos Produtores Rurais de Brejões	2002	35	366
TOTAL			165	2.036,00

* Se refere a data do Subprojeto de Aquisição da Terra.
FONTE: CAR *apud* GeografAR (2011).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

A luta pela terra no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá também se manifesta através da existência de doze acampamentos que abarcam 1.428 famílias distribuídas por sete municípios, conforme Tabela 8. É importante reforçar as palavras de Bernardo Mançano Fernandes, para quem o acampamento é um dos elementos formadores de movimentos socioterritoriais e se caracteriza como "espaços e tempos de transição na luta pela terra" (FERNANDES, 2001, p. 75). Ou seja, é uma realidade em transformação entre o ocupar e o assentar.

Tabela 8 – Acampamentos identificados no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA) (2010):

Município	Acampamentos	N° Famílias
Cravolândia	Chico Mendes	250
Itaquara	Futuro do Amanhã	37
Jaguaquara	Jerusalém	86
Jaguaquara	Deus é Paz e Amor	41
Jaguaquara	Poder Divino	60
Lafaiete Coutinho	Três Morros	500
Maracás	Cumbe	52
Maracás	Luiz Inácio Lula da Silva	75
Planaltino	Santa Luzia	166
Santa Inês	Hermes de Cayres	48
Santa Inês	Natur de Assis	68
Santa Inês	Raimundo Almeida Araújo	45
TOTAL		1.428

FONTE: INCRA, MST, FETAG, CETA e CPT *apud* GeografAR (2011).
ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

No Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, existe, também, uma organização de pescadores artesanais, representado pela Associação de Trabalhos Rurais e Pescadores de Porto Alegre no município de Maracás (SEAP, CPP, MOVIMENTO DE PESCADORES DA BAHIA *apud* GeografAR, 2011). Além disso, foi identificada a existência (ou resistência) de duas comunidades negras rurais quilombolas no município de Itaquara (Novo Horizonte e Piabinha) e quatro em Milagres (Cariri, Gameleira, Lagoa Dois Irmãos e Laje de Pedra) (INCRA, CDA, CPP e CPT *apud* GeografAR, 2011).

Considerações

Para não concluir, mas para incitar a construção de novas pesquisas e produções, podemos afirmar que o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá reforça o processo de permanência da questão agrária. O panorama apresentado nesse texto, sobre a situação agrária do Território Vale do Jiquiriçá, é uma análise geral que prosseguirá e será complementado a partir de um trabalho empírico nos muncípios que fazem parte do recorte e cujo propóstio é entender como a questão agráira se conforma localmente

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1.

e-SIC. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2104

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária atual, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época, v. 92).

_____. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: BAUINAIN, Antônio Márcio. *et al*. (Coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2008a. p. 173-230.

FREITAS, Hingryd Inácio de. **A questão (da Reforma) Agrária e a Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Litoral Sul da Bahia**. Salvador: UFBA, 2009. (Mestrado em Geografia).

GeografAR. Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária da Bahia. **Banco de Dados**. Salvador, 2011. Disponível em: <www.geografar.ufba.br>. Acesso em: 5 mai. 2012.

GERMANI, Guiomar Inez. *et al*. A implantação dos programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado no estado da Bahia. In: SAUER, Sérgio. PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs.). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 229-258.

GERMANI, Guiomar Inez. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Ednusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araújo da (Orgs.). **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2010. p. 269-304.

_____. A questão agrária na Bahia: permanências e mudanças. In: MENDONÇA, Franciso de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (Orgs). **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p.348-370.

HOFFMANN, Rodolfo. NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: MDA, 2010.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Aceso em: 2 jun. 2015.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LIMA, Aline dos Santos. Dinâmica sócio-espacial do Território Vale do Jiquiriçá: estrutura fundiária e formas de acesso a terra. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA, 1., 2011, Marechal Cândido Rondon-PR. **Anais I GEOFRONTEIRAS**. Marechal Cândido Rondon-PR: UNIOESTE, 2011. p. 1-8.

LINS, Robson Oliveira. **A Região de Amargosa:** transformações e dinâmica atual (Recuperando uma contribuição de Milton Santos). Salvador: UFBA, 2007. (Mestrado em Geografia).

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso:** ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil:** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul:** terra, homens economia e poder no século XIX. Salvador: UFBA, 2000. (Mestrado em História).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual:** Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado (2003 – 2006). Presidente Prudente-SP: UNESP, 2008. (Doutorado em Geografia).

SANTOS, Milton (Coord.). **A Região de Amargosa**. Salvador: Comissão de Planejamento Econômico, 1963.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. Uma medida do crescimento urbano e rural no estado da Bahia: 1940/80. In: SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. **Cidade e região no estado da Bahia**. Salvador-BA: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991. p. 33-43.